

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(AUDIÊNCIA PÚBLICA) REQUERIMENTO Nº , DE 2009. (Da Senhora Maria do Rosário)

Requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Finanças e Tributação, para a discussão sobre a necessidade de criação de marco regulatório específico para universidades comunitárias brasileiras.

Senhora Presidente,

Nos termos regimentais e ouvido o Plenário desta Comissão, requeiro a Vossa Excelência convidar os Ministro da Educação, Sr. Fernando Hadad, o Ministro da Justiça, Sr. Tarso Genro, Presidente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias, o Sr. Gilberto Gonçalves Garcia, o Presidente do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), Sr. Ney José Lazzari e o Presidente da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), o Sr. Paulo Ivo Koehntopp para, em reunião de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, discutir a criação de um marco regulatório específico para as universidades comunitárias brasileiras.

JUSTIFICATIVA

Na organização e funcionamento do ensino superior brasileiro constata-se a existência de um novo modelo de universidade, autodenominado de *universidade comunitária*, que representa uma experiência inovadora, fundante de uma *natureza pública não-estatal*.

A sua definição se orienta por um conceito muito aberto: a idéia de comunidade. A sua caracterização se dá a partir de uma prática e dinâmica de organização e funcionamento, associado ou fundado em outros aspectos que lhe são inerentes, tais como a propriedade, a gestão e o controle patrimonial. As universidades comunitárias

não se constituem em negação ou dispensa do Estado, isto é, em contraposição do privado ao público, mas em um esforço pela construção de novos espaços públicos, em instrumentos de *pluralização da esfera pública*, no sentido da *ampliação* do Estado.

Porém, a legislação brasileira não contempla a figura do público não estatal nem possui instrumento legal que regulamente o comunitário, e essas instituições acabam por serem tratadas em geral como instituições privadas, o que limita fortemente a sua cooperação com o Estado. A Audiência solicitada será uma oportunidade para avaliar a pertinência da criação de um marco legal específico para universidades comunitárias, que estabeleça condições apropriadas para a sua inserção nas políticas públicas e sua cooperação ativa com o Estado brasileiro.

No processo de globalização o aperfeiçoamento da criatividade organizada das regiões e comunidades deve contribuir para a garantia desse modelo de universidade. As regiões e as comunidades não podem renunciar à construção de seus espaços de reflexão crítica, de produção de conhecimento, de desenvolvimento cultural e científico, pois, segundo declarações da UNESCO (1998:12), “sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que forme a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável”. A construção de universidades comunitárias, como espaços públicos não-estatais, deve se dar nessa perspectiva da afirmação, da liberdade, da autonomia, da cooperação e do desenvolvimento.

Sala das Comissões, agosto de 2009.

MARIA DO ROSÁRIO
Deputada Federal- PT/RS